



Boletim de Conjuntura

**Publicação do Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Dezembro de 1998
Volume 18 - Número 4**

- ▶ *A Precoce Decadência de Uma Utopia*
- ▶ O Dilema da Política de Juros
- ▶ A Carta e o Câmbio: Uma Nota
- ▶ Há Mais Crises Financeiras no Horizonte?
- ▶ Qual Pode Ser a Trajetória da Taxa de Juros?
- ▶ A Hipótese de "Dessegmentação" do Mercado de Trabalho Brasileiro

Alexis Toribio Dantas - Antônio Barros de Castro - Caio César Lock Prates da Silveira
Claudio Salm - Fernando José Cardim de Carvalho - Fábio Giambiagi
Francisco Eduardo Pires de Souza - Lavínia Barros de Castro
Margarida Maria Sarmiento Gutierrez - Rogério Studart - Silvio Sales de Oliveira



A Precoce Decadência de uma Utopia

Não é mais possível negar que a globalização não tem correspondido às expectativas de seus proponentes.

A primeira seria a acusação feita ao movimento de liberalização restringiu-se ao âmbito nacional das economias líderes do processo. De fato, tanto a Inglaterra de Thatcher quanto os EUA de Reagan desde cedo começaram a apresentar sintomas de aumento das desigualdades sociais. Não obstante a gravidade do problema, foi, no entanto, possível seguir adiante sobre a promessa de que esta era uma consequência apenas temporária.

Ao fim da atual década, o panorama é outro. Não apenas persiste o agravamento das desigualdades no âmbito das economias desenvolvidas, como passou a acirrar-se o problema das desigualdades já agora a nível mundial.

De fato, não cabe qualquer dúvida de que as economias emergentes constituem o núcleo da crise deste final de século. Recuos do PIB de 6% à 12 e 14% estão em curso no Leste Asiático e no mundo ex-socialista, enquanto um grande esforço está sendo feito para que isso não se reproduza na América Latina. Vista a questão sobre este prisma, é óbvio pois que, em escala mundial, as desigualdades estão crescendo e correm o risco de crescer ainda mais.

Uma segunda crítica poderia ser referida aos efeitos da liberalização/globalização sobre o crescimento e a estabilidade. Neste caso, bastaria constatar que as economias de crescimento ultra-

rápido do Leste Asiático mergulharam em profunda crise enquanto o Japão - hoje muito mais liberalizado/globalizado que no passado - mantém-se em recessão há 10 anos. Para um sumário balanço das perspectivas sempre mais modestas e mais carregadas de dúvidas dos vários blocos econômicos - aí incluídos os EUA - recomendo a leitura do texto de Fernando Cardim de Carvalho neste número.

Se por um lado o mundo como um todo, de acordo com diferentes projeções está, neste momento, passando de um crescimento da ordem de 4% ao ano para algo tipo 2 ou 2,5% ao ano, o crescimento da instabilidade e imprevisibilidade das trajetórias é inegável. Recorde-se, a propósito, que uma das promessas de liberalização/globalização era que, através desta mudança, as economias poderiam alcançar e manter trajetórias de crescimento que, exatamente por estarem isentas de intervenção política e artifícios de qualquer natureza, poderiam manter-se sustentavelmente. A própria tomada de consciência de que a instabilidade está aumentando e não diminuindo torna mais difícil o comprometimento com o futuro e leva a decisões menos, ao invés de mais, ousadas.

O terceiro tipo de crítica aponta para a ausência de soluções para aos problemas que vão sendo detectados, o que aliás não é de surpreender já que a proposta de liberalização/globalização surge como uma nova utopia e não é próprio das utopias prever remédios para seus males.

Sumariamente, no referente a remédios caberiam três observações.

Primeiramente, as avaliações de eventuais dificuldades feitas pelos proponentes da nova utopia contém o vício da circularidade. Se der certo, é porque foi corretamente aplicada; se der errado, é porque não foi aplicada corretamente (ou na devida intensidade). No jargão da proposta, neste último caso não foi feito “o dever de casa”. Não parece haver maneira de se escapar deste círculo, o que equivale a dizer que este tipo de avaliação não tem qualquer valor.

Por outro lado, há que assinalar uma grande surpresa. Quando os maus resultados se tornam patentes não há escrúpulos, entre os adeptos da nova ordem, em convocar os poderes públicos para assumir o comando do processo - e, possivelmente, socializar as perdas. Já se sabia que o liberalismo econômico padece do paradoxo de que, para constituí-lo são requeridas altas doses de intervenção e política, além da montagem de toda uma arquitetura institucional. Se, quando sobrevêm dificuldades, é também necessário chamar o governo (e outras instituições extra-mercado) não há como escapar à conclusão de que se trata de uma proposta de baixa consistência.

Uma terceira frustração consiste no fato de que a proposta vem perdendo a sua simplicidade - sem dúvida, um dos seus méritos. Já se admite amplamente, por exemplo, que é necessário controlar a movimentação internacional de determinadas formas de capital. Por outro lado, admite-se agora que podem ocorrer diferentes tipos de crises - e que as recentemente verificadas no leste asiático são de natureza financeira. Aceita a distinção, seguem-se mudanças nas propostas de políticas destinadas a corrigir os problemas das economias afetadas. Em lugar do superávit fiscal inicialmente recomendado, a Tailândia, a Coreia e a Indonésia receberam recentemente “permissão” do FMI para gerar grandes déficits (no caso da Indonésia de 8,5% do PIB!). De forma semelhante, nas sugestões do

grupo G22 ao FMI sugere-se que este último órgão passe a aceitar a moratória com a (curiosa) ressalva: “só em caso de países que estão implementando políticas corretas”.

Para além das frustrações no tocante ao desempenho da economia liberalizada/globalizada, estes problemas trazem a tona as seguintes questões.

Primeiramente, os economistas têm de abandonar a visão catraca e admitir a sério a existência de processos cumulativos sujeitos a reversão. Refiro-me ao fato de que, até ontem os avanços eram tidos como progressivos e irreversíveis, enquanto as reversões eram entendidas como prova de que os avanços não teriam efetivamente ocorrido. Ao invés disso, há que admitir que o mundo econômico - e especialmente as economias liberalizadas/globalizadas - vivem sobre o império de processos cumulativos tanto para cima quanto para baixo. E mais, que a reversões são caracteristicamente fortes e imprevistas.

A segunda é que várias das instituições próprias do mundo liberalizado/globalizado estão em questão. Para dar um exemplo: está provado que as todo poderosas agências de *rating* cometem erros palmeares. Na realidade, a única certeza que se tem a seu respeito é que podem causar enormes danos a países que se encontrem em situação frágil.

Finalmente, claro, há que buscar soluções para estes novos problemas. E a partida para isso é o reconhecimento de que o mundo liberalizado/globalizado, em sua curta duração, vastamente desmontou a capacidades das instituições do mundo keynesiano-desenvolvimentista que o procedeu.

Antonio Barros de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro